

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.587 - MS (2018/0292746-9)

RECORRENTE : SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL N S
AUXILIADORA
ADVOGADOS : ANDRÉ MILTON DENYS PEREIRA - SP196410
FRANCISCO LEAL DE QUEIROZ NETO - MS014914
ANDRE LUIS QUATRINI JUNIOR - MS016827
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : UNIÃO
INTERES. : MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
INTERES. : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que negou provimento ao agravo interno interposto da decisão que não conheceu do agravo de instrumento por ausência de documento obrigatório, nos termos da seguinte ementa (fl. 220):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OBRIGATÓRIO. IRREGULARIDADE NÃO SANADA NA OPORTUNIDADE CONCEDIDA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Apesar de devidamente intimada e advertida do risco de não conhecimento do recurso, a parte agravante deixou de cumprir a determinação judicial e não realizou todas as regularizações solicitadas e necessárias para a apreciação do agravo.

2. Na singularidade, não foi apresentada cópia da certidão de publicação da decisão que apreciou dos embargos de declaração então opostos contra a decisão que deferiu a tutela de urgência, não sendo possível aferir a tempestividade do recurso.

3. É expressa a disposição do artigo 1.017 do Código de Processo Civil que a petição de agravo de instrumento será instruída com os documentos obrigatórios constantes do inciso I e também "com declaração de inexistência de qualquer dos documentos referidos no inciso I, feita pelo advogado do agravante, sob pena de sua responsabilidade pessoal" (inciso II).

4. Agravo interno improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados e aplicada multa de 5% por litigância de má-fé e de 1% em decorrência do caráter protelatório do recurso (fls. 281-291).

A SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA ajuizou agravo de instrumento contra decisão da origem que, em autos de ação civil pública contra ela ajuizada, deferiu a tutela

de urgência requerida, relativamente à disponibilização de leitos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e outras medidas inerentes ao funcionamento da respectiva Unidade (fls. 135-141).

O agravo não foi conhecido, monocraticamente, tendo em vista o não atendimento da determinação judicial quanto à regularização do recurso, interposto sem a cópia da certidão de publicação da decisão que apreciou os embargos de declaração então opostos contra a decisão que deferiu a tutela de urgência, inviabilizando o aferimento da tempestividade do recurso.

A Sociedade Beneficente interpôs agravo interno, que restou improvido pela Corte *a quo*, nos termos da ementa transcrita.

No presente recurso especial a SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA alega violação dos art. 489, § 1º e 1.022, do CPC/2015, em razão da rejeição dos declaratórios sem o devido enfrentamento das questões invocadas.

Sustenta, ainda, afronta aos arts. 77, I e II; 80, II e IV; 81 e 1.026, § 2º, do CPC/2015, no intuito de afastar as multas que lhe foram impostas, por litigância de má-fé e pelo caráter protelatório dado aos embargos de declaração, afirmando que tal recurso não teria esse caráter.

Invoca dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e julgados desta Corte e de Tribunais Estaduais.

Contrarrazões ofertadas (fls. 355-368).

O Ministério Público Federal se manifestou pelo improvimento do recurso especial (fls. 386-392).

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação dos arts. 489 e 1.022, do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pela recorrente, relativamente à possibilidade de aferição da tempestividade do referido agravo, tendo o julgador abordado a questão às fls. 281-291, consignando que a hipótese dos autos não se enquadraria na pretensão esposada.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irrisignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso, sendo de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA

DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.625.513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 8/2/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

No que diz respeito à pretensão de afastar as penalidades impostas, o recurso não merece melhor sorte.

É forçoso destacar que não compete a esta Corte apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar a multa prevista no art. 81 do CPC/2015, pois seria necessário rever o suporte fático-probatório dos autos para afastar a conclusão do tribunal de origem. Incide, portanto, o teor da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONSTATAÇÃO DE DECLARAÇÃO INVERÍDICA. APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ PROCESSUAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou a aplicação de multa ao recorrente por litigância de má-fé, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1620067/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 25/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA SEM LICITAÇÃO. ART. 25 DA LEI 8.666/93. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DO ART. 10 DA LIA. CARACTERIZAÇÃO DO DANO *IN RE IPSA*. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS AFASTADA. CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PROIBIÇÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PERSISTÊNCIA DAS SANÇÕES TÍPICAS DA IMPROBIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

6. A alteração das conclusões a que chegou a Corte de origem, no sentido de que ficou caracterizada a litigância de má-fé, exigiria reexame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial a teor da Súmula 7 do STJ.

7. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no REsp 1288585/RJ, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 09/03/2016)

O mesmo ocorre no que tange à aplicação da multa prevista no art. 1.026 do CPC/2015, na medida em que a irresignação da recorrente vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que com lastro no conjunto probatório constante dos autos decidiu pela aplicação da referida penalidade. Afastar a conclusão do tribunal de origem, incide igualmente o teor da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ROMPIMENTO DE ADUTORA EM VIA PÚBLICA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. REEXAME DE FATOS E PROVAS E

ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 211 DO STJ. INCIDÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS PERICIAIS E AFERIÇÃO DO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. SÚMULA 7 DESTA CORTE. APLICAÇÃO.

[...]

7. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o exame da situação que ensejou a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC/1973 constitui medida incabível na via especial, pela imperiosa necessidade de revolvimento fático-probatório, o que igualmente atrai a aplicação do óbice inserto na Súmula 7 desta Corte.

8. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 127.879/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 09/04/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO DE MERCADORIAS. AÇÃO REGRESSIVA PROPOSTA PELA SEGURADORA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458, II, E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AO ART. 131 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO TARIFADA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. SÚMULA 283/STF. MOMENTO DE CONTESTAÇÃO DAS AVARIAS EM MERCADORIAS. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MATÉRIA FÁTICA. MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC. MANUTENÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

6. Descabe a esta Corte apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar a multa por litigância de má-fé prevista nos artigos 17 e 18 do CPC quando for necessário rever o suporte fático-probatório dos autos.

7. Consideram-se protelatórios os embargos de declaração que tenham por objetivo a reapreciação das matérias já decididas de modo claro pelo acórdão recorrido, circunstância que afasta a aplicação do enunciado da Súmula 98/STJ.

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1208255/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017)

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, tem-se que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal *a quo*, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não

trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator